

A educação de jovens e adultos (EJA) mediante as implicações da BNCC e dos itinerários formativos no ensino das Ciências Humanas

Sônia Maria de Andrade¹, Daniel Pulcherio Fensterseifer²

¹Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil; ORCID: 0009-0000-2341-2225

²Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil; ORCID: 0000-0002-0183-5451

Resumo:

O artigo aborda a Educação de Jovens e Adultos no contexto da Base Nacional Comum Curricular e dos Itinerários Formativos em Ciências Humanas. Analisa a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos, os efeitos da Base Nacional Comum Curricular e a necessidade de adaptação à diversidade dos estudantes. Também investiga as implicações dos Itinerários Formativos na abordagem do conteúdo de Geografia. A metodologia envolveu revisão bibliográfica de fontes oficiais e consulta a artigos no Google Acadêmico e SciELO. Os resultados revelam desafios históricos e contemporâneos na Educação de Jovens e Adultos, com a Base Nacional Comum Curricular e os Itinerários Formativos negligenciando suas particularidades. A integração da Geografia nos Itinerários resulta em abordagens superficiais. O estudo enfatiza a necessidade de uma abordagem sensível e personalizada para atender às necessidades dos alunos na Educação de Jovens e Adultos, promovendo uma educação transformadora, destacando questões críticas na educação de adultos no Brasil.

Palavras-chave: Aprendizagem de Adultos. Ensino das Ciências Humanas. Políticas Educacionais.

Date of Submission: 10-12-2023

Date of Acceptance: 20-12-2023

I. Introdução

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido marcada por uma evolução complexa ao longo dos anos, culminando em sua forma atual: uma modalidade de ensino da Educação Básica, acessível e destinada a indivíduos que, por diferentes motivos, não conseguiram completar seus estudos durante o período regular estabelecido para sua faixa etária. Nesse cenário, o Estado muitas vezes não garantiu a continuidade educacional para esse público.

A oficialização da EJA como parte integrante da Educação Básica, embora ainda não seja um sistema ideal, tem progredido de forma gradual desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No entanto, mesmo com as reformas no Ensino Médio e a revisão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a EJA parece ter sido negligenciada nesses documentos, não tendo recebido a devida ênfase ou reconhecimento exclusivo. Isso resulta na necessidade de adaptação a um modelo de ensino convencional que, frequentemente, não leva em consideração as particularidades dessa modalidade educacional nem o perfil diversificado dos alunos. Tais estudantes requerem abordagens pedagógicas distintas, considerando suas experiências de vida e contextos socioculturais, e priorizando suas necessidades específicas.

É fundamental enfatizar que a implementação dos Itinerários Formativos (IFs) tem levado a uma priorização excessiva das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, em detrimento das demais áreas do conhecimento. Um exemplo claro é a situação da Geografia, agora integrada ao itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa mudança acaba por reduzir a profundidade e a amplitude dos conteúdos, prejudicando a compreensão integral da disciplina.

No novo formato do Ensino Médio, os alunos são orientados a escolher uma área de interesse específica. Entretanto, essa abordagem pode resultar em um problema, pois os conhecimentos geográficos podem ser erroneamente considerados menos relevantes, levando a um estudo superficial.

É incontestável que enfraquecer os conteúdos da disciplina de Geografia é um equívoco. Essa área do conhecimento permite aos alunos internalizar informações de forma a construir uma visão sólida e crítica do mundo ao seu redor. Esse aspecto ganha ainda mais importância para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), muitas vezes excluídos do sistema educacional convencional.

Os desafios também recaem sobre os professores, que precisam adaptar suas abordagens pedagógicas às novas diretrizes. Essa transformação pode, no entanto, resultar na diminuição da ênfase na Geografia, impactando sua essência e especialidade. Isso pode levar a um tratamento superficial dos conceitos e perspectivas globais, em

detrimento de uma compreensão aprofundada.

Frente a esse cenário, o objetivo deste artigo foi explorar a significância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade educacional de destaque. Em adição, os objetivos secundários receberam um enfoque mais específico, abordando a trajetória histórica e a consolidação da EJA no ambiente educacional ao longo do tempo, os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nesse contexto, bem como os efeitos dos Itinerários Formativos (IFs) na abordagem dos conteúdos geográficos para os alunos. Isso implicou na inserção da Geografia na área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com disciplinas como História, entre outras.

A metodologia adotada baseou-se em uma revisão bibliográfica detalhada, incorporando documentos oficiais como a Lei de Diretrizes de 1996 e a BNCC, além das obras de autores consagrados como Demerval Saviani e Paulo Freire. Fontes adicionais foram obtidas através de artigos em plataformas acadêmicas como o Google Acadêmico e o SciELO, com uma leitura completa em língua portuguesa.

Essa metodologia também envolveu uma análise minuciosa de documentos oficiais relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) para compreender a sua evolução ao longo do tempo. A pesquisa começou com uma seleção cuidadosa de documentos relevantes, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 1996, que oficializou a EJA como parte da Educação Básica. Além disso, as revisões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram examinadas para entender como a EJA é abordada atualmente.

II. Metodologia

A metodologia adotada baseou-se em uma revisão bibliográfica detalhada, incorporando documentos oficiais como a Lei de Diretrizes de 1996 e a BNCC, além das obras de autores consagrados como Demerval Saviani e Paulo Freire. Fontes adicionais foram obtidas através de artigos em plataformas acadêmicas como o Google Acadêmico e o SciELO, com uma leitura completa em língua portuguesa.

Essa metodologia também envolveu uma análise minuciosa de documentos oficiais relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) para compreender a sua evolução ao longo do tempo. A pesquisa começou com uma seleção cuidadosa de documentos relevantes, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 1996, que oficializou a EJA como parte da Educação Básica. Além disso, as revisões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram examinadas para entender como a EJA é abordada atualmente.

III. Resultados e Discussão

Educação para jovens e adultos: evolução e características

Ao explorarmos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto brasileiro, desvela-se uma trajetória moldada por ações, lutas e programas destinados à Educação Básica, com enfoque em projetos de combate ao analfabetismo. Nesse cenário, emerge a promoção sutil da profissionalização tanto para jovens como para adultos. Uma outra dimensão notável é o suporte fornecido aos alunos na aquisição das habilidades de leitura e escrita, visando ao exercício do direito ao voto. Contudo, esses incentivos muitas vezes vieram acompanhados de exigências econômicas ligadas a uma cultura letrada (ALMEIDA; CORSO, 2015).

A EJA se configura como uma modalidade educacional delineada por políticas públicas, voltada para aqueles que foram privados do acesso à educação em algum momento de suas vidas. Tal privação pode ter origem na necessidade de trabalho, desmotivação familiar ou na ausência de suporte do sistema educacional tradicional. Essa problemática reverbera em diversos grupos sociais, incluindo mães que pausaram seus estudos para cuidar dos filhos, indivíduos residentes em áreas rurais ou ribeirinhas, entre outros. A EJA desempenha um papel vital ao facultar a esses indivíduos a oportunidade de retomar os estudos, desenvolver habilidades e competências e, por conseguinte, aprimorar suas condições de vida. Através dessa abordagem, os estudantes podem concluir o Ensino Fundamental e Médio, além de receber formação profissional.

É de grande importância salientar que a EJA não busca reparar o passado, mas sim proporcionar um novo horizonte de possibilidades para os estudantes avançarem em suas trajetórias pessoais e profissionais. Assim, a qualidade do ensino ministrado nesse contexto é primordial, requerendo a presença de professores altamente capacitados e materiais didáticos pertinentes. Além disso, é imperativo adotar uma abordagem pedagógica que considere as particularidades dos estudantes, valorizando suas vivências e conhecimentos prévios.

Segundo as observações de Sampaio (2009), a trajetória da EJA no Brasil se revela complexa, marcada por desafios, tensões e interações profundas entre o Estado, questões econômicas, políticas, sociais, organizações não governamentais e movimentos populares. Conforme apontado pela autora, essa conjuntura resultou em um desenvolvimento caracterizado pela inconsistência e ineficácia das políticas, o que, por sua vez, perpetuou um enfoque compensatório, contribuindo para a persistência do flagelo do analfabetismo funcional.

A EJA muitas vezes é negligenciada pela sociedade e marginalizada devido aos estereótipos preconceituosos que envolvem seus alunos. Lamentavelmente, é frequente rotular os estudantes matriculados nessa modalidade como indivíduos com aprendizado limitado, carentes de cultura e com deficiências na alfabetização. Essa percepção adversa é uma manifestação da desigual relação entre as classes sociais dominantes

e as marginalizadas. Estas últimas frequentemente não reconhecem a educação como um veículo de transformação social, mas sim como um privilégio reservado às camadas mais abastadas da população.

Nesse contexto, a EJA muitas vezes é equivocadamente associada ao assistencialismo, reforçando a equivocada crença de que a educação desses indivíduos é uma questão de caridade, ao invés de um direito consagrado pela Constituição Federal. Essa perspectiva estigmatizada e preconceituosa impacta diretamente os alunos engajados nessa etapa educacional. Estes frequentemente precisam encarar preconceito, discriminação e desafios suplementares na busca pelo conhecimento e pela afirmação social.

É fundamental reconhecer a importância vital da EJA como um instrumento de inclusão social e fomento da cidadania, com capacidade de metamorfosear a vida de milhões de brasileiros que foram privados de acesso à escolarização durante sua infância e juventude. Para realizar tal transformação, torna-se primordial combater os estigmas e preconceitos que a circundam, assegurando o direito inalienável à educação a todos, independentemente de sua posição social ou origem.

Chagas (2020) enfatiza que a trajetória histórica da EJA é complexa, com sua história entrelaçando-se ao desenvolvimento integrativo da educação brasileira. Nesse cenário, é de suma relevância examinar a evolução ocorrida no país, ainda que de modo gradual, juntamente com suas implicações e conquistas ao longo do tempo.

Essa modalidade de ensino desempenha um papel fundamental ao garantir o acesso à educação para aqueles que, em algum momento de suas vidas, foram privados desse direito essencial. Torna-se imperativo que as políticas públicas de educação abranjam de forma abrangente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), demandando um esforço conjunto para proporcionar um ensino de qualidade que não apenas reconheça, mas também celebre as singularidades dos estudantes envolvidos.

As primeiras iniciativas educacionais no Brasil estão intrinsecamente ligadas ao sistema de ensino estabelecido pelos padres jesuítas, que perdurou por mais de 200 anos, até ser interrompido em 1759 quando o Marquês de Pombal os expulsou do país e instituiu as aulas régias. Esse rompimento no sistema educacional resultou em taxas alarmantes de analfabetismo, atingindo 80% entre os homens e 90% entre as mulheres. A reconstrução da alfabetização somente ocorreu durante o período do Brasil Império (GALVÃO; DIPIETRO, 2004).

Em 1881, foi promulgada a Lei Saraiva por meio do Decreto nº 3.029, datado de 9 de janeiro, que introduziu as eleições diretas e estabeleceu os requisitos para se tornar eleitor. No entanto, os analfabetos eram considerados incapazes e ignorantes, sendo assim impedidos de exercer o direito de voto. Cerca de uma década depois, a educação brasileira foi transformada em um sistema público, ainda que focado na elite. No ano de 1915, foi fundada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, cujas ações buscavam enfrentar a ignorância, embora também estivessem alinhadas com os princípios republicanos. Em 1920, mais da metade da população permanecia analfabeta. Foi nesse contexto que o escritor Olavo Bilac lançou a Campanha “Pioneira da Educação Nova”, que se tornou conhecida como o “Movimento dos Pioneiros da Educação Nova”.

Os defensores dessa iniciativa sustentavam a convicção de que a educação detinha a chave para confrontar a ignorância que marginalizava a população, restringindo sua capacidade de compreender assuntos de cunho econômico, social e político. Ainda que o foco principal não estivesse na Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse movimento provocou debates e indagações em relação à erradicação do analfabetismo (GADOTTI, 2018), visto como um obstáculo ao avanço e ao desenvolvimento da nação.

Com o advento do Regime Militar em 1964 e a consequente tomada do poder, ocorreram impactos políticos e governamentais em diversas esferas da sociedade, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Os programas baseados no Método de Paulo Freire, como o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), foram profundamente afetados, sendo interrompidos e seus idealizadores reprimidos (ESCOBAR, 2007).

O educador brasileiro Paulo Freire enfrentou uma intensa perseguição durante o Regime Militar, sendo acusado de disseminar ideias anárquicas, contrárias e subversivas ao sistema político vigente. Seus princípios tinham como base a educação das camadas mais populares da sociedade, visando habilitar os estudantes a compreender e se conscientizar sobre sua realidade. O Estado via nos movimentos sociais e nas práticas educacionais coesas e conscientes uma ameaça à ideologia hegemônica, capazes de instigar rebeliões contra o sistema ditatorial.

Com a suspensão dos programas de alfabetização, especialmente os voltados para adultos, houve uma deterioração ainda mais acentuada no nível educacional. O percentual de analfabetos, em particular adultos que não conseguiam sequer assinar seus próprios nomes, alcançou a marca de 40% da população (ESCOBAR, 2007). Diante disso, os militares se depararam com uma parcela substancial da população incapaz de atender a seus interesses; uma mão de obra abundante e de baixo custo que pudesse servir a suas ambições e objetivos econômicos em um curto espaço de tempo.

Para alcançar os objetivos do regime ditatorial então vigente, a alfabetização era vista como uma necessidade premente. No entanto, ela não seria conduzida com base no método Paulo Freire, que visava à formação de indivíduos críticos. Os militares almejavam formar um indivíduo passivo, uma massa de manobra desprovida de qualquer pensamento crítico ou reflexivo, mantendo-os em uma condição de marginalização social.

Com o intuito de erradicar o analfabetismo, o governo elaborou o projeto conhecido como Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), liderado pelo chefe de Estado, com o objetivo de controlar e interferir na educação de acordo com os interesses do regime militar. O foco central era perpetuar essa ideologia entre os brasileiros, promovendo uma educação que mecaniza os educandos, ensinando-os a decodificar números e letras, sem qualquer abordagem política ou crítica.

Ao abordar as implicações do MOBRAL, Coutinho (2005) ressalta que este

[...] movimento deixou marcas que percebemos nos dias atuais, já que criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem. (COUTINHO, 2005, p. 13).

É relevante enfatizar que o Regime Militar estabeleceu o Ensino Supletivo, normatizado pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e pelo Parecer nº 699, de julho de 1972, do Conselho Nacional de Educação (CNE), reconhecendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito à cidadania. No entanto, esse reconhecimento foi limitado à faixa etária dos 7 aos 14 anos. O Ensino Supletivo possuía sua própria estrutura conservadora, mas não conseguiu conter a evasão escolar. Inicialmente, foi desenvolvido como uma forma de suprir as necessidades de analfabetos e daqueles que precisavam comprovar escolaridade para o trabalho (PARANÁ, 2006).

No ano de 1985, o MOBRAL foi extinto durante o governo de José Sarney. No entanto, suas características persistiram no campo educacional até 1990, por meio da criação da Fundação Educar, que herdou toda a base legal, a direção e a estrutura da entidade anterior. Essa fundação foi posteriormente extinta pelo Presidente Fernando Collor de Mello.

Com a aprovação e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 1996, a principal legislação educacional do país, foi instituída a modalidade de educação para jovens e adultos, abrangendo as fases do Ensino Fundamental e Médio, sob o nome de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse termo é presente em documentos oficiais de grande importância e possibilitou a inclusão dessa modalidade na Educação Básica. Na LDB, os artigos 37º e 38º são dedicados à EJA:

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996).

Quando exploramos o ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é de suma importância ressaltar sua rica história e os desafios que têm sido enfrentados ao longo do tempo para consolidá-la e reconhecê-la de maneira adequada. Isso não deve se limitar apenas aos documentos oficiais, mas também se estender à sociedade como um todo. Tal ênfase é crucial devido ao papel social relevante que a EJA desempenha, bem como sua capacidade transformadora na vida dos alunos.

À medida que um indivíduo absorve conhecimentos reflexivos, ele se torna cada vez mais capacitado para promover mudanças em sua realidade, tornando-se um cidadão ativo na luta contra a exclusão social, política e econômica. Assim, a EJA desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Valorizar e investir na EJA, portanto, é imprescindível como um meio de impulsionar a inclusão social e o crescimento tanto pessoal quanto coletivo. Através desse investimento, podemos aspirar a construir uma sociedade verdadeiramente democrática e equitativa para todos. Em resumo, é fundamental entender que a EJA não deve ser vista como uma mera substituição da educação que foi deixada para trás durante o ensino regular. Isso contrasta com o que ocorria no modelo supletivo, onde o conteúdo era apresentado de forma acelerada, muitas vezes sem a preocupação de garantir que os alunos internalizaram o conhecimento ou construísem sua identidade através de uma aprendizagem crítica e aplicada à realidade.

Na EJA, por outro lado, é essencial respeitar as experiências dos alunos, suas perspectivas de mundo e suas realidades. Essa abordagem ressoa com significado em suas vidas e é fundamental para um aprendizado eficaz e significativo.

Os impactos da BNCC e dos itinerários formativos, na EJA e na disciplina de Geografia

Há um consenso na literatura especializada, tanto no Brasil quanto em outros países, de que a educação para jovens e adultos apresenta particularidades moldadas por sua história, contexto social e características individuais. Isso exige políticas educacionais específicas e a coordenação entre diferentes segmentos organizacionais (públicos, privados, formais e informais) para dar forma aos processos educativos. Dada a importância desses aspectos, a legislação brasileira reconhece a EJA como uma modalidade da Educação Básica. Embora enfrente desafios e ainda não alcance um ideal de ensino, ela oferece aos alunos a oportunidade de retomar seus vínculos educacionais.

Até 2020, a regulamentação do ensino na EJA se baseava na Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010, que consistia em 13 artigos e estabelecia as "Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos em relação à sua harmonização com a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), bem como a Educação de Jovens e Adultos a Distância" (BRASIL, 2010). Entretanto, a Resolução nº 1, de 25 de maio de 2021, emitida pelo CNE, revisou e expandiu as diretrizes da EJA, abordando 34 artigos que tratam das questões que orientam a sintonia da modalidade com a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e com a BNCC.

Os argumentos que justificam a reforma do Ensino Médio estão fundamentados nos desinteresses dos educandos, no fraco desempenho nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, no excesso de conteúdos e na desconexão destes com a vida estudantil real. Dessa forma, a nova reforma enfoca quatro aspectos cruciais do sistema educacional: carga horária, formação técnica, conhecimento e disciplinas obrigatórias (LUZ et al., 2018).

A principal proposta de mudança trazida pelo Novo Ensino Médio é a flexibilização do currículo, o que permite aos estudantes escolherem parte das disciplinas que desejam estudar, de acordo com seus interesses e aptidões. Além disso, há a integração prevista entre a educação regular e a educação profissional, o que possibilita aos alunos obter formação técnica enquanto frequentam o Ensino Médio tradicional.

Destacamos que o grande desafio enfrentado pelo Ensino Médio tem sido as tentativas de argumentação infrutíferas ao longo das duas últimas décadas. Essas tentativas buscavam estabelecer uma abordagem educacional alinhada ao contexto sociocultural dos alunos, fundamentada em temas que se relacionassem com o conteúdo curricular. No entanto, diversas pesquisas têm evidenciado que o ensino não tem se revelado eficaz no que tange ao perfil de aluno e à modalidade, tornando-se crucial uma reformulação, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso se faz necessário dado que não houve uma diferenciação adequada entre a modalidade de ensino regular e a destinada a jovens e adultos, a qual apresenta um corpo discente com experiências distintas daqueles que frequentam turmas regulares.

O processo de elaboração e de aprovação do documento final da BNCC foi complexo e demandou uma série de reformulações, o que acabou prolongando o prazo para a sua efetivação: foram quatro anos desde a sua elaboração inicial até a sua implementação. Nesse período, o documento contou com três versões diferentes até ser aprovada a sua versão final. Os pressupostos que o embasaram foram a Constituição Federal, a LDB de 1996, o Plano Nacional da Educação 2014/2024, a Lei nº 13.415/2017, que instituiu a reforma do Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Médio.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), a BNCC é o documento oficial normativo que define as aprendizagens no que tange aos currículos das escolas de Ensino Médio, consistindo em

[...] um conjunto de orientações que deverá nortear a (re)elaboração dos currículos de referência das escolas das redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. A Base trará os conhecimentos essenciais, as competências, habilidades e as aprendizagens pretendidas para crianças e jovens em cada etapa da educação básica. A BNCC pretende promover a elevação da qualidade do ensino no país por meio de uma referência comum obrigatória para todas as escolas de educação básica, respeitando a autonomia assegurada pela Constituição aos entes federados e às escolas. (BRASIL, 2023).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que os conteúdos essenciais ligados às competências e habilidades fundamentais, de grande importância para as instituições de ensino, devem compor até 60% da carga horária total do currículo. O restante fica a critério dos estudantes, permitindo-lhes moldar sua formação de acordo com suas preferências e aspirações (LUZ et al., 2018).

No âmbito da recente reforma do Ensino Médio, a carga horária foi estendida de 2.400 para 3.000 horas. Dessas, 1.800 horas são dedicadas aos conteúdos especificados na BNCC. As 1.200 horas restantes são alocadas para os Itinerários Formativos (IF), nos quais os estudantes podem fazer escolhas de acordo com seus interesses. Esses itinerários abrangem disciplinas, projetos, oficinas e outras atividades, adaptadas às preferências individuais dos alunos.

Cada Itinerário Formativo está associado a uma das cinco áreas de conhecimento: Matemática e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias (incluindo Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa); Ciências da Natureza e suas Tecnologias (envolvendo Biologia, Física e Química); Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (abrangendo Filosofia, Geografia, História e Sociologia); e Formação Técnica e Profissional, permitindo a especialização dentro das áreas de conhecimento selecionadas (BRASIL, 2021).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se desdobra em três segmentos bem definidos: o primeiro abarca os anos iniciais do Ensino Fundamental, com um mínimo de 150 horas dedicadas à alfabetização e outras 150 horas para noções básicas de matemática; o segundo engloba os anos finais do Ensino Fundamental, com uma carga horária de formação básica de 1.600 horas, reduzida para 1.400 horas na parte geral e 200 horas na parte profissional caso haja uma qualificação profissional simultânea; por fim, o terceiro segmento refere-se ao Ensino Médio, contando com 1.200 horas, podendo incluir formação técnica, se oferecida pelas instituições de ensino (BRASIL, 2021).

[...] devem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos[...] ciências humanas e sociais aplicadas) e a formação técnica e profissional, sendo sua carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido. (BRASIL, 2021).

Sendo assim, os currículos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em todas as fases da Educação

Básica, devem estar fundamentados nas competências gerais e específicas, bem como nas habilidades delineadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, conforme as orientações desse documento, é necessário realizar uma avaliação da realidade e das características do corpo discente da instituição de ensino. Essa análise tem como objetivo selecionar, com base em informações concretas, os Itinerários Formativos (IFs) que melhor se adequem ao perfil dos alunos, proporcionando orientação para suas escolhas.

O artigo 2º da Resolução mencionada tem como intuito assegurar a inclusão de todos no contexto educacional, com o propósito de viabilizar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos para indivíduos de todas as idades, gêneros e classes sociais. Essa abordagem visa atender aqueles que, por diferentes motivos, precisaram interromper sua trajetória educacional na escola regular. Portanto, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem englobar as seguintes alternativas:

I – Educação de Jovens e Adultos presencial;

II – [...] Educação a Distância (EJA/EaD);

III – [...] Educação Profissional, em cursos de [...] e

IV – [...] e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida. (BRASIL, 2021).

A idade mínima estabelecida para ingressar na EJA é de 15 anos completos no Ensino Fundamental, tanto para a conclusão dos 1º e 2º segmentos. No caso do Ensino Médio, 3º segmento, a faixa etária para matrícula é de 18 anos completos, tanto para ingresso quanto para conclusão. Considerando esse contexto, percebe-se uma tendência de maior presença de jovens nessa modalidade, consequência da exclusão do ensino regular a que muitos são submetidos. Nesse sentido, a EJA acaba por se tornar uma alternativa viável para dar continuidade aos estudos.

Reconhecemos que a construção de uma base curricular é uma empreitada de natureza complexa. Os responsáveis pela BNCC defendem que o processo transcorreu de maneira democrática, em sintonia com a opinião da população brasileira. No entanto, surgem questionamentos em relação a essa participação, uma vez que toda a dinâmica se desenrolou em um ambiente virtual, sem garantias de envolvimento dos 12 milhões de cidadãos no portal destinado a esse propósito. Ademais, o período concedido para que os indivíduos pudessem se manifestar foi limitado. Assim, é plausível que esse número não abranja de forma integral a rica diversidade do Brasil em todas as suas nuances (SILVA; SILVA, 2020).

Ao ser entrevistado, o professor Demerval Saviani (2017) assim se posicionou quanto à BNCC:

Essa é uma reforma que, na verdade, implica um retrocesso para a década de 1940, quando estava delimitada a formação profissional de um lado e a formação das elites de outro determinava que o ensino secundário se destinava às elites condutoras[...] se o ensino secundário era destinado às elites condutoras, inferese que o ensino profissional era destinado ao povo conduzido (RAMOS, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deveria desempenhar o papel de um guia inclusivo para todos os envolvidos. No entanto, ao percorrer suas páginas, torna-se evidente a ausência de um plano abrangente de inclusão. Um exemplo notório é a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na qual a maioria é composta por trabalhadores, jovens e adultos provenientes da classe operária, que por variados motivos não conseguiram concluir sua educação regular na idade tradicional. Esses são indivíduos frequentemente engajados em atividades diurnas de trabalho e que reservam as noites para os estudos. Além disso, trazem consigo uma bagagem rica em vivências e experiências, moldadas por especificidades e singularidades que requerem atenção especial no contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Catelli Júnior (2021) assim se posiciona quanto à BNCC:

O legislador legitima a BNCC para a EJA em todos os segmentos sem sugerir qualquer adaptação e sem fazer qualquer consideração sobre as diferenças entre os públicos demandantes de cada modalidade. Também não propõe a criação de um documento complementar que dessa conta dessas especificidades. Dessa forma, aquilo que foi proposto para crianças de 6 a 10 anos nas séries iniciais do ensino fundamental fica automaticamente validado para pessoas adultas, que na sua maioria, têm 40 anos ou mais nas séries iniciais da EJA. Estudos já dos anos 1990 realizados por Marta Khol de Oliveira mostravam que adultos são não-crianças inseridos em uma cultura que precisa ser conhecida para compreender seus processos de aprendizagem (CATELLI JUNIOR, 2021, p. 6).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deixa de abranger a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois não apresenta em seus textos diretrizes claras para melhorias nessa fase, tanto nos currículos do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio. A população educacional desse segmento emerge de uma ampla gama de situações de exclusão e negação do direito à educação regular. Por essa razão, é pertinente desenvolver um documento que aborde a problemática da evasão escolar, baseado em dados concretos que identifiquem quem são essas pessoas, como se comportam, quais são suas aspirações, necessidades e o contexto em que estão inseridas.

A garantia do acesso à educação é um direito universal e inalienável que deve ser assegurado a todas as pessoas, sem exceção. Infelizmente, tanto no Brasil como em diversos outros países, uma parte significativa da população ainda é privada desse direito fundamental, contribuindo para a perpetuação de um ciclo de desigualdade e injustiça social.

Catelli Júnior (2021) ressalta a importância de considerar todas as pessoas, independentemente de sua origem, gênero, orientação sexual, condição socioeconômica ou qualquer outra característica. Isso abrange, por exemplo: as comunidades ribeirinhas e rurais, frequentemente distantes dos centros urbanos e com dificuldades de acesso à educação; os jovens que estão excluídos do sistema educacional, seja por falta de oportunidades ou outros motivos; os infratores, cujo direito à educação é muitas vezes negado como forma de punição; as mulheres que abandonaram os estudos devido à maternidade e que enfrentam uma dupla discriminação; os idosos, frequentemente marginalizados no mercado de trabalho e na vida social; e a população LGBTQIA+, que ainda enfrenta preconceitos e obstáculos para obter uma educação de qualidade. É imperativo que o Estado assuma sua responsabilidade em garantir esse direito fundamental, através da formulação de políticas públicas e investimentos que assegurem a universalização da educação em todas as suas etapas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Além disso, é essencial que a sociedade como um todo se envolva nessa causa, demandando maior atenção e investimento na área educacional por parte dos governantes e das instituições responsáveis.

Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades para acessar o conhecimento e a cultura.

Como mencionado anteriormente, nota-se uma falta de ênfase na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na BNCC; conseqüentemente, o que tem ocorrido é uma tentativa de ajustar o currículo dessa modalidade aos padrões do ensino regular, o que é uma abordagem simplista e inadequada. Meramente transpor as competências do ensino regular para a EJA resulta em uma modalidade passiva de recepção de conhecimento. Isso ignora as suas especificidades históricas, sociais, culturais e econômicas. É de suma importância que o ensino destinado a jovens e adultos não negligencie essas características, o que requer uma adaptação do currículo do ensino regular para atender às demandas da EJA, e não o contrário. Essa abordagem acarretará menos esforço e despesas, além de fomentar uma educação mais inclusiva e equitativa.

Dentro desse contexto, as propostas da BNCC tendem a transformar o sistema educacional em um mero veículo de transmissão de conhecimento, relegando o estudante a uma posição de passividade sem identidade ou pensamento crítico. Freire (1999) enfatiza que um currículo verdadeiramente eficaz deve ser capaz de autoavaliação e autorreflexão, capacitando os alunos não apenas a refletirem sobre si mesmos, mas também a se envolverem em debates pertinentes sobre as questões contemporâneas e os desafios sociais em conjunto com seus colegas.

Um currículo desempenha um papel fundamental no êxito ou fracasso dos estudantes, uma vez que a maneira como os conteúdos serão abordados em sala de aula e como o professor irá mediá-los pode influenciar diretamente na evasão escolar, o que é uma preocupação relevante para os defensores da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao adotar as perspectivas de Freire, repudia-se a ideia de que as escolas e os educadores sejam meros receptáculos vazios, atuando como meros transmissores de conhecimento e habilidades. Para os educadores brasileiros, é fundamental compreender que o currículo deve ser desenvolvido de forma a reconhecer a bagagem de conhecimento e as vivências dos estudantes, incentivando uma abordagem mais interativa e participativa. Isso não apenas reduzirá as chances de evasão escolar, mas também promoverá um aprendizado mais significativo e estimulante.

A concepção e a prática” bancárias, imobilistas, fixistas”, terminam por desconhecer os homens como seres históricos, a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isto mesmo é que reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabamentos, inconclusos, em uma realidade que, sendo histórica, também é igualmente inacabada. (FREIRE, 2005, p. 83).

Um outro aspecto concernente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto do Novo Ensino Médio diz respeito aos Itinerários Formativos (IFs), os quais são organizados e integrados em áreas de conhecimento e de aprendizagem técnica e profissional. Ao analisarmos os IFs em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), é notável a ausência de qualquer referência a essa modalidade (PEREIRA; SOUZA, 2021). Nesse sentido, percebe-se que toda a estruturação de mudanças no Ensino Médio não levou em conta a EJA, uma vez que não são apresentadas propostas ou projetos efetivos para uma educação eficaz nesse âmbito. A única menção relacionada à EJA se encontra na Resolução nº 1, de 25 de maio de 2021, a qual aborda a modalidade, mas não oferece alternativas ou abordagens estimulantes para o processo de aprendizagem desse grupo específico.

Os Itinerários Formativos (IFs) introduzem uma abordagem em que os alunos têm autonomia para selecionar seu percurso de estudo, mas também se alinham a uma visão neoliberal da educação. Essa perspectiva pode, de fato, favorecer a criação de um ambiente educacional orientado principalmente para a profissionalização individual dos estudantes, alicerçando-se em uma dinâmica que promove a entrada no mercado de trabalho por meio de instituições privadas. Este enfoque, muitas vezes, atende à lógica do neoliberalismo, que enfatiza a privatização e a individualização dos serviços públicos, incluindo a educação. Nesse contexto, a procura pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) assume um papel significativo, como apontado pela CNTE (2018).

Nesse novo modelo recentemente adotado, algumas disciplinas têm sido afetadas de maneira negativa, como é o caso da Geografia e das outras relacionadas à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como

História, Filosofia e Sociologia. Nessa problemática, a Geografia corre o risco de perder sua importância e complexidade no contexto educacional, visto que os conteúdos desempenham um papel crucial na formação cidadã dos indivíduos. No entanto, devido à possível falta de destaque em sala de aula ou à abordagem superficial, pode ocorrer uma interrupção no desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (REIS, 2020).

Esse modelo de organização curricular impacta significativamente tanto os alunos quanto os professores, uma vez que afeta disciplinas consideradas essenciais, como Matemática e Língua Portuguesa, bem como outras que são flexibilizadas, porém igualmente relevantes. Ao considerar o caso da disciplina de Geografia, que foi incorporada ao itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, existe a possibilidade de essa área de conhecimento perder sua amplitude e aprofundamento, pois será abordada de maneira mais generalizada. Isso resulta em simplificação e redução das suas contribuições substanciais (LIMA et al., 2016).

Com relação ao ensino de Geografia na escola, Neto (2022) enfatiza:

Assim, ao diluir e enxugar instrumentos intelectuais (conteúdos, conceitos, disciplinas) do currículo escolar, como os da Geografia, conseqüentemente, ampliam-se as desigualdades sociais e aproxima-se o foco formativo para a formação da barbárie. Pois, o desenvolvimento do pensamento geográfico junto aos alunos é um conjunto de processos cognitivos potentes para a análise, a interpretação e a atuação de forma crítico-reflexiva para a produção de um país contra a barbárie e favorável à humanização. (NETO, 2022, p. 388).

É fundamental enfatizar que o papel do professor de Geografia é de suma importância para o avanço social, as discussões e as reflexões que permeiam a sociedade. Além disso, o professor tem o papel de inspirar os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a se envolverem ativamente nas aulas, considerando a diversidade de experiências e vivências desse grupo. Nesse contexto, emerge um desafio significativo: despertar o interesse dos alunos pela matéria. Para isso, é necessário desenvolver planos de aula específicos para essa modalidade de ensino, que considerem as particularidades da EJA. Isso contrasta com a abordagem de simplesmente seguir um currículo voltado para o ensino regular, o qual a EJA muitas vezes é forçada a se adequar. Com essa abordagem adaptada, o professor pode efetivamente cativar os alunos e estimular sua participação ativa nas aulas, contribuindo para um aprendizado mais enriquecedor e envolvente.

A professora Ana Maria Monteiro, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ressaltou em uma entrevista à jornalista Valquíria Daher, do Instituto Ciência Hoje, outro ponto de extrema relevância: "A interpretação de que a obrigatoriedade se limita somente a português e matemática é bastante inquietante. A palavra 'obrigatório' pode levar os alunos a subestimarem a importância do que está além disso [...]" (DAHER, 2021). Isso é especialmente evidente no contexto da disciplina de Geografia, que, equivocadamente, pode ser vista como menos significativa, quando na verdade desempenha um papel crucial na formação de cidadãos ativos e engajados na sociedade.

Com a recente reformulação curricular e a implementação dos Itinerários Formativos (IFs), a tarefa do professor se tornou ainda mais desafiadora, uma vez que o exercício do magistério passa a ser moldado pelas transformações nas perspectivas educacionais, na formulação das práticas pedagógicas e na construção do conhecimento (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999). Nesse contexto amplo, os educadores precisam estar bem preparados, constantemente atualizados e ser capazes de lidar com adversidades, além de se adaptar às diferentes características dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em muitos casos, esses alunos não enxergam a relevância do estudo de Geografia no contexto escolar.

IV. Considerações Finais

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade da Educação Básica, carrega em sua trajetória um histórico marcado por desafios, desde questões religiosas iniciadas pelos jesuítas, até desafios de qualidade, permanência e abordagens pedagógicas adequadas para um público com bagagem cultural diversa, questões pessoais e dificuldades no acesso ao ensino regular.

É importante reconhecer que, apesar das barreiras enfrentadas, a EJA oferece uma nova chance àqueles que precisaram interromper seus estudos devido ao trabalho, cuidado com os filhos, residência em áreas remotas ou à negligência do poder público em fornecer educação gratuita e de qualidade para todos. A EJA possibilita que esse grupo volte a se conectar com o ambiente escolar, criando um senso de pertencimento à sociedade e a oportunidade de perseguir objetivos e sonhos por meio do aprendizado.

Contudo, para que isso ocorra, a prática pedagógica da EJA deve ser repensada como uma abordagem que promove uma nova compreensão do mundo, capacitando os alunos a se tornarem participantes ativos e reflexivos na sociedade, com capacidade para provocar mudanças na realidade. Infelizmente, frequentemente as políticas públicas não dão o devido valor a essa modalidade, resultando em uma trajetória marcada por desafios e discussões sobre sua relevância, especialmente para os indivíduos em situação de vulnerabilidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é outro exemplo de ação governamental que, em sua formulação, parece negligenciar o histórico da EJA, deixando de reconhecer as conquistas lentas, mas

significativas, alcançadas por essa modalidade nas políticas educacionais. Dentro dessa nova estrutura normativa, a EJA fica a critério das instituições, podendo ser tratada como opcional e menos valorizada. A BNCC também falha em considerar o contexto social e a realidade dos alunos, ignorando suas particularidades culturais e sociais.

Outro ponto de conflito na BNCC envolve os impactos sobre os Itinerários Formativos (IFs). Um exemplo disso é a disciplina de Geografia, que foi agrupada na área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, abordada em blocos de conhecimento juntamente com disciplinas como História. Essa abordagem resulta em uma análise geral dos conteúdos, sem aprofundamento adequado, prejudicando a importância fundamental dessa disciplina na formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de compreender e transformar seu entorno.

Nesse contexto dinâmico, os professores enfrentam a constante necessidade de adaptação, especialmente durante as atribuições anuais de aulas. Muitos são compelidos a trabalhar os itinerários formativos para complementar a carga horária, mesmo sem possuir formação acadêmica adequada. Essa prática ocorre frequentemente devido à redução da carga horária. Especificamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), os educadores são obrigados a reformular suas abordagens pedagógicas e buscar constantemente formas de se reinventar. Infelizmente, essa tarefa é muitas vezes realizada sem o apoio adequado do Estado, seja em termos financeiros, infra estruturais ou pedagógicos.

O estudo de revisão bibliográfica não abrange todos os aspectos do tema, mas espera-se que as reflexões aqui desenvolvidas contribuam para direcionar a atenção necessária à EJA, gerando discussões e debates críticos construtivos tanto sobre essa modalidade quanto sobre a BNCC. O objetivo é fomentar novas pesquisas que considerem as vivências e culturas dos jovens e adultos, promovendo uma abordagem educacional que se adapte e dialogue com suas especificidades.

Referencias

- [1]. Almeida, A.; Corso, A. M. A Educação De Jovens E Adultos: Aspectos Históricos E Sociais. In: Congresso Nacional De Educação: Educere, 12., Curitiba, 2015. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica, 2015. Disponível Em: https://educere.bruc.com.br/Arquivo/Pdf2015/22753_10167.Pdf. Acesso Em: 24 Mar. 2023.
- [2]. Brasil. Senado Federal. Lei N. 9.394 De 1996. Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível Em: [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Lei9394_Ldbn1.Pdf](http://Portal.Mec.Gov.Br/Seesp/Arquivos/Pdf/Lei9394_Ldbn1.Pdf). Acesso Em: 25 Jan. 2023.
- [3]. Brasil. Ministério Da Educação. Resolução Nº 3, De 15 De Junho De 2010. Institui Diretrizes Operacionais Para A Educação De Jovens E Adultos Nos Aspectos Relativos À Duração Dos Cursos E Idade Mínima Para Ingresso Nos Cursos De Eja; Idade Mínima E Certificação Nos Exames De Eja; E Educação De Jovens E Adultos Desenvolvida Por Meio Da Educação A Distância. Brasília: Mec, 2010. Disponível Em: https://Normativasconselhos.Mec.Gov.Br/Normativa/View/Cne_Res_Cnecebn32010.Pdf?Query=Ensino%20m%C3%A9dio. Acesso Em: 30 Jan. 2023.
- [4]. Brasil. Ministério Da Educação. Resolução Nº 1, De 25 De Maio De 2021. Institui Diretrizes Operacionais Para A Educação De Jovens E Adultos Nos Aspectos Relativos Ao Seu Alinhamento À Política Nacional De Alfabetização (Pna) E À Base Nacional Comum Curricular (Bncc). Brasília: Mec, 2021. Disponível Em: [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Index.Php?Option=Com_Docman&View=Download&Alias=191091-Rceb001-21&Category_Slug=Junho-2021-Pdf&Itemid=30192](http://Portal.Mec.Gov.Br/Index.Php?Option=Com_Docman&View=Download&Alias=191091-Rceb001-21&Category_Slug=Junho-2021-Pdf&Itemid=30192). Acesso Em: 30 Jan. 2023.
- [5]. Brasil. Ministério Da Educação. Novo Ensino Médio, Perguntas E Respostas. Portal Mec, 2023. Disponível Em: [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Component/Content/Article?Id=40361#Nem_01](http://Portal.Mec.Gov.Br/Component/Content/Article?Id=40361#Nem_01). Acesso Em: 22 Jan. 2023.
- [6]. Catelli Júnior, R. O Não Lugar Da Educação De Jovens E Adultos Na Bncc, [S.L.:S.N.], P. 313-318, 2019. Disponível Em: https://www.academia.edu/39500381/O_N%C3%83o_Lugar_Da_Educa%C3%87%C3%83o_De_Jovens_E_Adultos_Na_Bncc?E_mail_Work_Card=View-Paper. Acesso Em 30 Jan. 2023.
- [7]. Chagas, V. R. S. A Eja No Brasil: Reflexões Sobre Seu Histórico. In: Congresso Nacional De Educação, 7., 2020, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Editora Realize, 2020. Disponível Em: <https://editorarealize.com.br/Artigo/Visualizar/67596>. Acesso Em: 25 Jan. 2023.
- [8]. Cnte. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Educação. Consequências Práticas Da Bncc E Da Reforma Do Ensino Médio. Retratos Da Escola, [S.L.], V. 12, N. 23, P. 413-425, 2018.
- [9]. Coutinho, A. C. F. Práticas E Eventos De Letramento De Jovens E Adultos. Um Estudo Com Porteiros Em Maceió. 2005. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Universidade Federal De Alagoas, Maceió, 2005.
- [10]. Daher, V. O Novo Ensino Médio E Desafio Dos Professores. Ciência Hoje, 2021. Disponível Em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/O-novo-ensino-medio-e-desafio-dos-professores/>. Acesso Em: 4 Fev. 2023.
- [11]. Escobar, F. A Fundação Mobral E Alguns Registros Sobre Sua Presença Em Sorocaba – Sp. 2007. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Universidade De Sorocaba, São Paulo, 2007.
- [12]. Freire, P. Educação Como Prática Da Liberdade. 23. Ed. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1999.
- [13]. Freire, P. Pedagogia Do Oprimido. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 2005.
- [14]. Gadotti, M. Educação De Jovens E Adultos: Correntes E Tendências. In: Gadotti, M.; Romão, J. E. (Orgs.). Educação De Jovens E Adultos: Teoria, Prática E Propostas. 8. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2018.
- [15]. Galvão, A. M. O.; Di Pierro, M. C. Um Balanço Da Evolução Recente Da Educação De Jovens E Adultos No Brasil. Alfabetização & Cidadania, [S.L.], V. 17, P. 11-23, 2004.
- [16]. Libâneo, J. C.; Pimenta, S. G. Formação De Profissionais Da Educação: Visão Crítica E Perspectiva De Mudança. Educação E Sociedade, [S.L.], V. 68, P. 239-277, 1999.
- [17]. Lima, V. P. Et Al. A Geografia Na Base Nacional Comum Curricular: Inconsistências E Impropriedades Da Proposta Do Mec. Revista Da Casa Da Geografia De Sobral, Sobral, V. 18, N. 1, P. 163-170, Jul. 2016. Fev. 2023.